GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E EXTERNALIDADES NA AMAZÔNIA: O CASO DA UHE DE ESTREITO (MA)

Francisco Lima Mota. Doutor em Geografia (UNICENTRO-PR). Bolsista CAPES de Pós- Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE-UFMA). Phone: (55) 99 985135335: email:[franciscocesiuema@gmail.com](mailto:franciscocesiuema@gmail.com)

Welbson do Vale Madeira. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA). Docente do Departamento de Economia e do PPGDSE-UFMA. Phone: (55) 98 98201 9695. E-mail: [welbson.madeira@ufma.br](mailto:welbson.madeira@ufma.br)

**Overview**

O debate sobre as relações entre a geração de energia elétrica e um desenvolvimento sustentável vem sendo promovido por organismos nacionais e internacionais há vários anos. Por outro lado, em pleno século XXI, continua a ser construídas estruturas voltadas para produção de energia que evidentemente não se enquadram nessa perspectiva. Por exemplo, são as usinas hidrelétricas. Essas, de modo geral, são expressões de Grandes Projetos de Investimentos - empreendimentos de grandes dimensões que movimentam extraordinários montantes de dinheiro, recursos naturais, mão-de-obra e infraestrutura, para os quais o Estado tem papel decisivo (Mota, 2022).

Na Amazônia, como elemento de continuidade de pretensos planos desenvolvimentistas iniciados na década de 1960, as usinas hidrelétricas tiveram impactos econômicos, ambientais e sociais anteriores, durante e posteriores às suas construções, configurando o que nas Ciências Econômicas podemos chamar de externalidades.

Esse artigo, traz o caso da UHE implantada no município de Estreito, no estado do Maranhão, que também é parte da chamada Amazônia Legal Brasileira. O referido município possui 33.294 habitantes (IBGE, 2022), está localizado na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz (IBGE, 2017), na Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense (IMESC, 2020). Por concentrar as obras de implantação da barragem, passou por profundas transformações sociais e econômicas. Seu meio urbano, em particular, recebeu um grande contingente populacional migrante, atraído pela oferta de empregos, com consequente sobrecarga para a infraestrutura e serviços nas áreas de educação, saúde e segurança. Por outro lado, também é evidente no município o maior dinamismo da economia local, a maior oferta de bens e serviços e o aumento na arrecadação de impostos. Neste artigo, portanto, apresentam-se resultados de pesquisa na qual busca-se fazer um balanço entre o que podemos chamar genericamente de externalidades positivas e negativas.

**Methods**

Os procedimentos de pesquisa basearam-se, principalmente, em estudos sobre a Amazônia Maranhense e a apropriação específica de parte de seu território para produção de energia, via UHE/Estreito. O objeto foi considerado a partir de concepções de natureza política, econômica e ambiental, compreendendo os processos e elementos territoriais que ali se apresentaram como parte da expansão de capital na Amazônia.

As informações fundamentais foram acessadas por meio de pesquisa bibliográfica e de levantamento de dados primários e secundários. A pesquisa bibliográfica, teve como base livros, artigos científicos e documentos institucionais. O levantamento de dados primários ocorreu por meio de trabalho de campo, no município de Estreito e áreas adjacentes. Foram realizadas entrevistas com representantes de entidades públicas, de organizações privadas e da sociedade civil.

**Results**

Ao entono da constrição da UHE de Estreito, observamos várias categorias de famílias afetadas pela construção do empreendimento, tais como: **famílias de assentados pelo INCRA** ( sem terras que desenvolvem atividades produtivas, tais como a lavoura, criação de pequenos animais e que vivem também da coleta de frutos nativos), **famílias de pescadores** ( econômica principal a pesca e, ainda plantam nas vazantes) e **famílias extrativistas** (Famílias que tem como principal atividade a coleta de frutas nativas como: bacuri, murici, coco babaçu etc).

Da mesma forma, no trato das informações socioeconômicas, observamos que o município de Estreito/MA, no período de construção da UHE (2007 à 2012) apresentou alterações em algumas variáveis socioeconômicas, tais como: **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal** passou de 0,468 (2000) para 0,659 (2010). No que se refere ao **PIB municipal,** o município passou de 12.41.,80 (2010) para um PIB de 26.423,69 (2021). Com relação à **população municipal**, observamos que a população atual é de 33.294, o que representa uma queda de 7,09% em comparação à população de 2010 que era de 35.736 habitantes, o que demonstra a alta rotatividade e consequentemente o fenômeno migratório populacional no período de construção da UHE.

**Conclusions**

Os dados demonstrados no texto apresentado evidenciam parte da dinâmica econômica do município de Estreito/MA, mormente no período compreendido entre 2007 à 2022 e seus rebatimentos no território municipal. De certo, os dados disponibilizados tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o PIB municipal e a população residente, apresentados preliminarmente, acabam que confirmando que não ocorreram mudanças significativas no perfil municipal, o que fica demonstrado que o município presenciou uma economia de enclave. Logo, para nossa análise segue a tese de que, os projetos concebidos e implementados na região de análise – Amazônia - sempre consideraram os interesses locais, e não exclusivamente o que são apontados como interesses nacionais.

**Key-Words**: Estado; Município; Território; Grandes Projetos

**References**

BORGES, F.; ZOUAIN, D. M. A matriz elétrica e seu posicionamento no desenvolvimento sustentável no estado do Pará. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, v. 35, 2010.

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses**: região de desenvolvimento do Tocantins Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2020.

MOTA, Francisco Lima. **A rodovia Belém-Brasília e os (re)ordenamentos do território na Amazônia Maranhense.** 184f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Centro Oeste, Gurapuava/PR, 2022.